Valor ECONÔMICO | Empresas

Com liminar, cursos de medicina são abertos fora do Mais Médicos

Decisões favoráveis motivaram corrida à Justiça e já há 180 ações em andamento

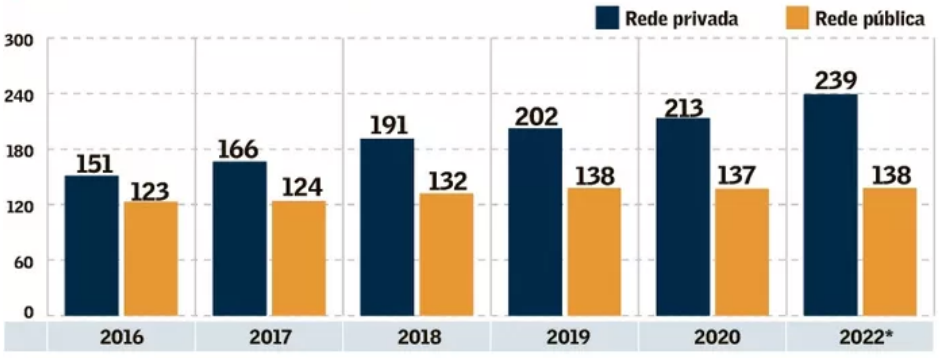
Por Beth Koike — De São Paulo

31/05/2022 05h02 · Atualizado há uma hora

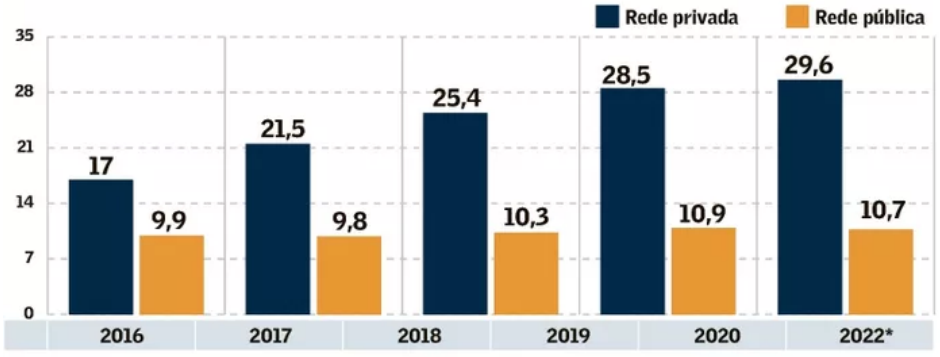
Raio-X

Mercado de faculdades de medicina tem forte crescimento no país

Número de cursos de medicina



Total de calouros nos cursos de medicina (em mil estudantes)



Fonte: Hoper *Estimativa

Principais contrapartidas do Mais Médicos para faculdades

- Abrir o curso em uma das 67 cidades definidas pelo edital
- Repassar 10% da receita bruta das mensalidades para as prefeituras (para investimento em saúde)
- Oferecer bolsas estudos a alunos carentes
- Criação de um programa de residência médica

63,4% **das instituições** que oferecem cursos de medicina no Brasil hoje são privadas

R$ 8.912,35 **é o valor médio** estimado para a mensalidade dos cursos de medicina em 2022

Faculdades estão entrando na Justiça para abrir cursos de medicina, sem passar pelo crivo da Lei do Programa Mais Médicos, que faz exigências adicionais às existentes para graduações em geral. Do ano passado para cá, cerca de 400 vagas foram autorizadas depois que liminares obrigaram o Ministério da Educação (MEC) a analisar pedidos de abertura desses cursos fora do programa. Com as decisões favoráveis, há uma corrida por essas liminares: cerca de 180 ações judiciais estão em andamento, segundo a Associação Nacional das Universidades Particulares (Anup).

- **LEIA MAIS:**
- **Mercado paralelo oferece possibilidade de abrir cursos de medicina**
- **Telemedicina alivia pronto-socorro e amplia atendimento**
- **Investimentos em pesquisa ganham novo fôlego**
- **Trabalho em parceria com healthtech acelera inovação**
- **Setor privado estrutura projetos de medicina de família**

Os advogados têm alegado à Justiça que os grupos educacionais possuem liberdade para abrir outras graduações sem edital de chamamento público, como exige o Mais Médicos, e que essa deveria ser a forma adotada também para medicina. Outra justificativa é que há carência desses profissionais no país, com necessidade de chamar médicos cubanos para regiões do interior. A abertura de cursos de medicina foi congelada em 2019, numa moratória que vale até abril de 2023, de acordo com portaria do governo federal.

Foi pelo caminho judicial que três instituições de ensino conseguiram abrir seus cursos de medicina do ano passado para cá. A rede baiana UniFTC obteve 199 vagas em sua unidade de Feira de Santana; a Faculdade de Educação de Jaru, de Rondônia, teve autorização para 120 vagas; e o centro universitário Dom Bosco, com unidade em São Luís, levou 84 vagas. São apenas três instituições de ensino, mas juntas elas tiveram autorização para 403 vagas no último ano e meio. Para efeitos de comparação, foram liberadas 800 vagas via chamamento público do último edital do Mais Médicos, de 2018. Essas 800 vagas foram autorizadas em 2018, mas só no último ano e meio o MEC publicou a liberação para abertura dos cursos.

Os grupos educacionais que obtêm a liminar conseguem suspender a moratória de cinco anos e passar pela avaliação do MEC, sem considerar o Mais Médicos. A portaria que proíbe abertura de novos cursos de medicina para instituições públicas e privadas até abril de 2023 foi instituída após forte pressão do Conselho Federal de Medicina (CFM), que reclamou da quantidade de cursos de baixa qualidade e excesso de alunos. Em 2020, havia 142,5 mil estudantes matriculados na rede privada.

Cerca de 75% dos cursos particulares ficam em São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Bahia e Rio Grande do Sul, uma vez que as instituições optavam pelas praças de maior adensamento populacional. Essa é uma das razões para a atual falta de médicos no Norte, Nordeste e em cidades do interior do país.

Diante desse cenário, em 2013, o governo criou a Lei dos Mais Médicos que, entre outras medidas, só passou a permitir a abertura de cursos por faculdades particulares em cidades carentes desses profissionais. Foram escolhidos 67 municípios e as faculdades selecionadas para atuar nessas praças precisam fazer uma série de contrapartidas, como repassar 10% do faturamento obtido com as mensalidades às prefeituras que, por sua vez, devem aplicar esses recursos na saúde pública. Para atender os estudantes, a infraestrutura pública da cidade precisa ter, por exemplo, no mínimo cinco leitos públicos para cada aluno e um hospital com 100 unidades de internação. Caso os repasses não sejam suficientes, a faculdade pode investir mais recursos.

Ao obter liminar judicial, as faculdades não são obrigadas a seguir essas regras e podem pleitear ao MEC a abertura de suas unidades em cidades maiores que atraem mais alunos.

"O Mais Médicos é uma parceria público privada com viés social. O programa atende as escolas privadas, mas exige como contrapartida investimentos na saúde pública. Quando outra faculdade consegue abrir cursos de medicina via liminar está se quebrando essa política pública", disse Elizabeth Guedes, presidente da Anup, que já acionou os ministérios da Educação e Saúde, Advocacia Geral da União (AGU) e o Conselho Federal de Medicina (CFM), da Anup, pedindo providências contra a prática. "Não é ilegal porque a Justiça concedeu a liminar, mas é imoral", acrescentou Elizabeth.

"Com essa judicialização não se atende nem mais a única restrição do Mais Médicos que é o chamamento público, que define a região para se instalar uma faculdade de medicina pelo critério social", afirmou o médico Julio Braga, coordenador da Comissão de Ensino Médico do CFM. Braga disse ainda que as ações judiciais criam uma insegurança jurídica ao suspender a moratória e que é preciso criar formas para barrar esse movimento.

A Rede UniFTC, da Bahia, que obteve 199 vagas em sua unidade de Feira de Santana, argumenta que a motivação para a judicialização foi a carência de faculdades de medicina na região. "Os indicadores de saúde já demonstravam claramente a carência e a demanda social por formação de médicos na região, que tem mais de 3 milhões de habitantes. Até então, existia apenas um único curso de medicina da Universidade Estadual de Feira de Santana, com apenas 35 vagas", informou Ihanmarck Damasceno, vice-presidente acadêmico da Rede UniFTC, em nota enviada ao **Valor**.

O grupo entrou ainda com liminar para pedir aumento de vagas na UnesulBahia, em Eunápolis, 37 para 120. Mas neste caso, o curso foi pleiteado antes da Lei dos Mais Médicos, segundo a UniFTC.

Para o advogado Esmeraldo Malheiros, especializado no setor e passagem de 35 anos pelo MEC, o pedido de liminares é legítimo. "O ensino privado é livre e as instituições de ensino têm liberdade para operar. Não dá para criar barreiras e reservas de mercado", disse Malheiros, cujo escritório foi o primeiro a obter uma decisão favorável e que levou outros a entrarem com pedidos semelhantes.

Outro ponto levantado por Malheiros é que a exigência dos editais do Mais Médicos acaba beneficiando os grandes grupos, mais capitalizados. "Os grandes grupos, que têm maior experiência regulatória, ficaram com 70% das autorizações de vagas", disse.

Segundo dados da Hoper, consultoria especializada em educação, em 2020, havia 142,5 mil alunos em cursos de medicina na rede privada, sendo que 27,6% deles estavam concentrados em oito grandes grupos: Afya, Ânima, Cruzeiro do Sul, Kroton, Ser Educacional, Tiradentes, Uninove e Yduqs.

Malheiros destaca que as liminares requerem que o MEC analise as solicitações, não que aprove automaticamente os cursos. "O Ministério tem liberdade para aprovar ou não. Se o curso for ruim, ele nega. A questão é que com o Mais Médicos, o MEC nem analisa o pedido", disse. A presidente da Anup contra-argumenta ponderando que a pasta tem autonomia para analisar os pedidos e negar, mas as liminares exercem uma pressão adicional. Após o recebimento e análise dos documentos referentes ao pedido de abertura do curso, representantes do MEC fazem visitas à faculdade que fez o pleito. Pelos ritos normais, esse processo leva meses, até anos.

A onda de liminares pode afetar o mercado de medicina, que já vêm sofrendo impacto do aumento da concorrência. O valor mediano das mensalidades se manteve no patamar de R$ 8,3 mil a R$ 8,4 mil entre 2021 e 2019. Nos sete anos anteriores, havia uma curva ascendente, segundo a Hoper.

"Com o aumento na oferta, as instituições de ensino estão com dificuldade para preencher as vagas, é preciso publicar mais listas de chamada. Antes, eram duas a três, agora já tem instituição publicando mais de três listas por processo seletivo", disse Paulo Presse, consultor da Hoper. Em 2020, a relação candidato vaga era de 8,6 vezes para um no setor privado. Já em 2013, havia 31 alunos disputando uma vaga de medicina. A estimativa é que o ano termine com 239 cursos particulares, praticamente o dobro de 2014.

Ainda assim, a expectativa é que o mercado de medicina ainda seja atraente por mais uma década. “Esse é um mercado rentável por mais uns dez anos. As instituições de ensino ainda têm gordura para queimar, têm espaço para melhorar a gestão e oportunidade de crescimento em cursos de residência e especializações”, disse Presse.

Procurados pela reportagem, a Faculdade de Jaru não retornaram e a Dom Bosco informou que prefere não se manifestar. O MEC não se pronunciou sobre o assunto.

Mais do Valor **Econômico**

População ocupada atinge recorde da série do IBGE, mas desocupados somam mais de 11 milhões

População ocupada atingiu 96,5 milhões de pessoas no trimestre encerrado em abril, o maior já registrado na série da Pnad Contínua, iniciada em 2012

31/05/2022 10:23 — Em Brasil

Investimentos em saneamento elevam encomendas de fornecedores

Compromissos de universalização vão exigir encomendas de R$ 140 bilhões nos próximos anos

31/05/2022 10:18 — Em Suplementos

Dólar opera em baixa e juros futuros têm leve alta com cena externa no foco

31/05/2022 10:18 — Em Finanças

Inflação na zona do euro deve atingir o pico até agosto, preveem economistas

Embargo parcial da União Europeia ao petróleo russo deve